

**Desigualdades de Gênero no Brasil: novas idéias e práticas antigas. SOUZA, Márcio Ferreira de (org.) Coleção Sociedade & Cultura. Belo Horizonte/MG: Argumentum, 2010**

O gênero como categoria de análise da histórica desigualdade social no Brasil tem lugar central no conjunto de estudos apresentados na coletânea em questão. Dividida em quatro partes, a obra reúne a reflexão de quatorze doutoras e doutores de diferentes instituições brasileiras em doze textos resultantes de pesquisas apoiadas por agências de fomento – CAPES, CNPq e FAPEMIG, vinculadas a núcleos e centros institucionais – CEPEQCS/UFMG, NEPeM/UFMG, NEGUEM/UFU, NUPECS/UFU-, reveladores da produção contemporânea sobre a temática nas áreas da política, antropologia e particularmente da sociologia.

A primeira parte apresenta três capítulos sobre cidadania e participação política. No primeiro, **Ideias Modernas e Comportamentos Tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil**, Solange Simões e Marlise Matos observam como as condições sócio-econômicas e políticas das mulheres no país vêm sofrendo enormes transformações na última década. Elas apontam ganhos significativos em relação à saúde, aos direitos reprodutivos e às políticas sociais – educa-

Professora do Instituto de História /INHIS da Universidade Federal de Uberlândia / UFU. Pesquisa e ensina no campo da História Cultural do Brasil e da África, particularmente com categorias sexo-gênero, raça-etnia e representações sociais. No momento, é Coordenadora do Centro de Documentação e Pesquisa em História CDHIS/INHIS/UFU (2010-2012).

ção, mercado de trabalho, segurança pública – e avanços na representação política, mas analisam como tais avanços evidenciam persistências estruturais.

Ao colocarem as lutas feministas sob perspectiva histórica, as autoras localizam, na atualidade, uma “quarta onda”, com o processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas” ou de “revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos. Retomam as agendas dos anos 70/80, 90 e enxergam as conquistas do século XXI, entre os desafios do “movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo e de globalização das agendas locais das mulheres”. No contexto da redemocratização, elas avaliam a edificação do aparelhamento institucional por meio da implementação e do monitoramento efetivo de políticas públicas, da criação de mecanismos e órgãos de gestão nas esferas federal, estadual e municipal e da formação de redes feministas em searas não-governamentais.

O crescimento da participação feminina como força de trabalho qualificada, a redução das taxas de fertilidade e mudanças das estruturas familiares e o aumento do número de mulheres responsáveis pelo domicílio são aspectos analisados com base em dados extraídos de relatórios (CEDAW 2008) e do PNAD/IBGE(2005). A constatação de que as mulheres ocupam espaços significativos no mercado de trabalho é vista paralela à outra, reveladora de uma injustiça histórica, no sentido de que trabalhadoras estão concentradas ainda em ocupações menos valorizadas do setor de serviços.

Embora seja maior o número de profissionais femininos (59%) do que masculinos (41%), são elas que ainda assumem quase a totalidade dos cuidados com a família e com as tarefas da casa, o que sugere a contra-face da questão: “até que ponto o sucesso relativo das mulheres profissionais de nível superior no Brasil não estaria ancorado nas desigualdades entre as próprias mulheres?” Ou “até que ponto as mulheres de nível superior estão apoiadas nos trabalhos de empregadas domésticas e de babás para serem bem-sucedidas em suas carreiras?”

A participação de mulheres em movimentos sindicais, a institucionalização de seus direitos são objeto dessa análise que se volta, também, sobre a questão da violência contra elas. E o texto explicita números que falam de especificidades hediondas no universo sombrio de informações dispersas e ainda hoje silenciadas. Segundo pesquisa da UFMG em 2002, apenas 1,33% dos casos de violência física doméstica e conjugal ocorridos em Belo Horizonte foram reportados à Polícia.

Tensões morais e religiosas no país emergem no debate sobre a descriminalização do aborto, esta, uma luta árdua travada na sociedade e no Congresso Nacional, que, segundo as autoras, tem se mostrado um *locus* privilegiado do conservadorismo em relação aos direitos reprodutivos. Aspectos internos, tais como os valores e as diferenças de classe e de raça são vetores significativos no estudo dessas sociólogas que fazem uma abordagem relevante da atuação, do ativismo e do avanço das lutas feministas na sociedade brasileira, em que pesem resistências e entraves estruturantes que precisam ser superados.

No segundo texto, **Cidadania sexuada feminina: a inclusão das mulheres na Política de Assistência Social**, Silvana Aparecida Mariano sublinha o caráter sexista, classista e racista que atravessa a história da cidadania e do Estado moderno. Nesse percurso, observa a construção binária, biológica e essencialista das identidades e dos papéis sociais que forjam o espaço público, como lugar do masculino, entendido como o do indivíduo, trabalhador e cidadão e, o privado, identificado como lugar do feminino, das práticas da maternidade, da reprodução e do cuidado com o outro.

O Programa Bolsa Família, foco da pesquisa, exprime a revalorização abstrata e idealizada de família, ao fundamentar a política de assistência social do governo na lógica que reitera a identidade da mulher como mãe e esposa, fazendo dissipar a possibilidade de sua identificação social como indivíduo ou cidadã. Nessa direção, ela discute obstáculos para o avanço da assistência social no país, ainda que reconheça avaliações positivas em torno das contribuições do Programa para a redução da pobreza e das desi-

gualdades sociais.

O patriarcado, a divisão sexual do trabalho, a família, indivíduo e sociabilidades e, sobretudo, a maternidade, alvos dos debates feministas, são questões abordadas pela autora à luz de significativas distinções entre padrões culturais ibéricos ou latinos e anglo-saxões. Sob tal perspectiva, a influência religiosa, particularmente católica, na nossa política de assistência social aparece como responsável por uma prática associada com a caridade e a benemerência e opera em direção contrária aos movimentos do direito e da cidadania.

O estudo de caso sobre a realidade de Londrina, no Paraná, evidencia, ainda, práticas ligadas à assistência social oriundas das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, e nele a autora reconhece a contribuição dos movimentos religiosos para a filantropia e a democracia nas últimas décadas, o que não significa eximi-los de críticas. Ao contrário, sua reflexão salienta a importância das pressões feministas externas às instituições religiosas e aos governos, e destaca a necessidade de se tomar como objeto de análise as concepções de família, maternidade e cidadania justamente para criticar nelas o conteúdo sexuado.

Sua crítica é também uma cobrança, que ela enfatiza: sem “incorporar de modo crítico as relações de gênero como uma das dimensões da preocupação do PBF e sem incorporar a noção de direito social como direito do indivíduo, qualquer projeto de respeito à cidadania está fadado à parcialidade e tende ao reforço de sistemas de diferenciação, de hierarquização e de desigualdade.” (p.48)

O terceiro capítulo, **Perfil político e participação política da mulher no Brasil: uma análise de dados empíricos**, de Paulo Magalhães Araújo, é um esforço de análise de dados que ajudam a delinear um perfil de mulheres em relação ao padrão de atuação política, baseado em fatores que identificam graus de participação em sindicatos, partidos políticos e associações variadas. A análise foi desenvolvida com base nos dados de *survey* coletados e disponibilizados pela Fundação Perseu Abramo, após pesquisa com 2.502 mulheres

de todo o território, em amostra aleatória estratificada denominada “A mulher brasileira no espaço público e privado”.

No estudo, o autor procurou mensurar atitudes e o comportamento de mulheres em relação a dois eixos de análise: opiniões e atitudes em relação a questões importantes da política; graus de engajamento político e suas causas: análise dos graus de participação política e indicações de algumas possibilidades explicativas. Após expor tabelas que demonstram resultados quantitativos da enquête, ele chega a uma conclusão lamentável: em termos de opiniões e atitudes, o perfil político converge com o padrão conhecido da sociedade brasileira e latino-americana, a partir do percentual baixo de apoio incondicional à democracia. Menos triste é a conclusão seguinte no sentido de que expressiva maioria considera importante a prática política e confia na competência das mulheres para assumirem postos na área.

Em relação ao segundo eixo da análise, observa que a teoria da centralidade permite ver e prever uma participação política que tende a aumentar conforme os indivíduos dominem recursos materiais e simbólicos, ou seja, atinjam maiores níveis de renda, educação e informação. Por fim, ele coloca sob suspeita qualquer generalização proveniente dos padrões observados na amostra, mas assegura a validade da reflexão, na apreensão de um panorama possível sobre a participação das mulheres no país.

A violência é a questão central na segunda parte do livro, com dois capítulos teoricamente não menos substantivos. No primeiro, **Patriarcado e Gênero na análise sociológica do fenômeno da violência conjugal/gênero**, Hilda Alejandra Gavilanes e Neuma Aguiar fazem um mergulho sobre a história do conceito de patriarcado, passando por clássicos da teoria sociológica - Engels e Weber -, matrizes que fundamentam o pensamento social, inclusive abordagens recentes que percorrem diferentes vertentes feministas.

Reaparecem as mulheres como identidades produzidas no lugar inferiorizado, desvalorizado da sociedade, ou instrumento da reprodução biológica

e social e do desejo masculino, sujeitas ao patriarca também em razão da superioridade física e da naturalização da dominação masculina em diferentes processos históricos, sociais, culturais e ideológicos. As autoras buscam reconhecer e dar a ler o solo epistemológico sobre o qual se erigem concepções críticas dos feminismos contemporâneos.

Com clareza e profundidade analítica, elas invocam Rubin, Lerner, Pateman, Barbieri e Safiotti e refletem sobre caminhos singulares do pensamento para lidar com os conceitos – patriarcado e gênero – e abordar formas de organização social que ordenam, atualizam ou reiteram a leitura dicotômica das esferas, identidades e papéis sociais, forjando relações de desigualdade e opressão. Por exemplo, para Safiotti, recusar o uso do conceito de patriarcado seria uma forma de ocultar o processo de exploração, dominação e naturalização que ele encerra, ou reafirmar um silêncio nada inocente.

Numa aula sobre os diferentes quadros do pensamento, as reflexões de Lamas, Butler, Scott e Louro servem para pensar e ensinar a pensar com acuidade o uso da ferramenta analítica e política do gênero, tanto para proceder à leitura de valores atribuídos à feminilidade e à masculinidade quanto à desnaturalização das representações e relações de desigualdade e violência social. Se o conceito de patriarcado contribui para a apreensão de “estruturas de dominação política, econômica, social e ideológica”, o de gênero, ajuda a “compreender de que maneira os papéis de homens e mulheres, entendidos como construções culturais e sociais, assentadas na esfera pública ou privada acompanham os processos de violência conjugal”.

**Entre Fios e Tramas: a ampliação da violência denunciada** é outro texto que ilumina a violência nas relações interpessoais de gênero. Eliane Schmaltz Ferreira traça um panorama da institucionalização dos direitos das mulheres – da implantação das Delegacias Especializadas do Atendimento à Mulher (DEAMs) às instituições governamentais (conselhos municipais, 1983, e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985) e não governamentais (SOS Corpo, em Recife, em 1978,

SOS Mulher, em São Paulo, em 1980), e trata da mudança no Código Penal Brasileiro (Lei Maria da Penha, 2006) - para situar historicamente duas entidades: a Delegacia para a Repressão de Crimes Contra a Mulher, criada em 1988 em Uberlândia/MG, e o SOS Mulher/Família, em 1997.

Schmaltz também retoma o pensamento sociológico clássico para mostrar que a centralidade do conceito de Estado não dá conta de violências entre indivíduos que se expressam e disseminam nas tramas desiguais do gênero, da classe e da raça. A contribuição do pensamento feminista parece definitiva, na leitura da autora, ao possibilitar apreender a violência como fenômeno cotidiano e plural, distribuída em diferentes formas na sociedade – conjugal, sexual, doméstica, familiar, no trabalho, verbal, simbólica, entre outras. Nessa perspectiva, elege o conceito de “conflitualidade interpessoal” como mais um instrumento que permite aprofundar a idéia de que algumas formas de violência se perpetuam, porque firmam papéis e imagens tradicionais de homens e mulheres, e aparecem em diferentes espaços e relações cotidianas.

As motivações variam entre o alcoolismo, o ciúme, problemas sexuais, drogas, recusa sexual, adultério, raiva, revolta e pelos filhos. Trata-se de uma evidência mensurável de agressões físicas e sexuais (as mais frequentes), seguidas de agressões emocionais e morais, ainda que estas não ocorram separadamente daquelas e descerrem uma face ainda tímida da violência denunciada.

Na terceira parte, o livro reúne três capítulos que relacionam o Gênero ao Trabalho, Ocupações e Subjetividades. No primeiro, **Gênero, Trabalho e Subjetividade: relações de poder para além de fronteiras ocupacionais e territoriais**, Maria Lucia Vannuchi traça uma análise comparativa da divisão sexual do trabalho em espaços fabris, e toma como alvo privilegiado setores calçadista de Franca/SP e farmacêutico de Anápolis/GO.

Embora observe temporalidades diferentes (em Franca, a pesquisa foi realizada em 2001 e 2002 e, em Anápolis, entre 2004 e 2006), municípios e setores industriais distintos, a autora se detém em te-

orias do gênero, faz uso, em particular, no conceito de *habitus e habitudines* de Bourdieu, para escutar os resultados de pesquisas empíricas e enxergar a operação de estruturas objetivas que se subjetivam sob a forma de esquemas cognitivos e de percepções.

Vannuchi apropria-se do conceito de classe, como esfera não homogênea, reflete sobre a divisão sexual, social, internacional do trabalho, e a reestruturação produtiva do mundo globalizado - que não prescindem de flexibilidade e tecnologia -, analisa dados e depoimentos das operárias que revelam a naturalidade da discriminação disseminada. Salários, funções e cargos, práticas, comportamentos, prerrogativas e atributos tornam-se marcadores de diferenças que se traduzem em desigualdades mais ou menos automáticas, cotidianas e simbólicas.

As imagens da inferioridade inata ou de uma “impotência aprendida” aparecem impregnadas e pregnantas das identidades femininas nos textos e na cultura, invadem os canais de comunicação e do conhecimento, tal como demonstra a autora, semeando o “princípio masculino como medida de todas as coisas. Para ela, muito muda, mas muito ainda se mantém. Por isso, recomenda: “é necessário observar essa dança dialética das permanências e mudanças”.

O segundo trata das **Desigualdades de Rendimento por Gênero no RMBH e no Município de Montes Claros**. Elaborado por Maria da Luz Alves Ferreira, o capítulo é uma análise comparativa de desigualdades de gênero no setor informal de Belo Horizonte e de Montes Claros/MG feita com a metodologia da estatística descritiva e amostragem probabilística. Também nesse texto, a segregação do trabalho feminino em relação ao masculino é detectada pela autora que traz dados da CEPAL, da OIT, entre outras referências significativas para apreender a segmentação por gênero, apesar dos avanços que se podem verificar nos rendimentos do setor.

Nessa pesquisa, a autora depreende e ensina que, mesmo que a saída para a informalidade signifique uma alternativa estratégica para pessoas que perderam seus empregos, ou uma saída voluntária,



consciente e deliberada daquelas que optam por flexibilização de horários e regime de trabalho, tanto na capital mineira quanto em Montes Claros permanecem as desigualdades e os homens têm rendimentos superiores às mulheres, apesar da escolaridade muitas vezes inferior.

Silvana Maria Bitencourt elaborou o terceiro capítulo desta parte, intitulado **As relações de gênero na engenharia: diálogos num campo de poder/saber masculino**. Nele, é a organização institucional da engenharia como área do conhecimento, associada ao universo simbólico e histórico de práticas masculinas, o aspecto central. Ao se deter sobre narrativas de estudantes de engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ambiente tenso, frio, individualista, preconceituoso e androcêntrico do cotidiano universitário, a autora analisa o sofrimento causado pelo excesso de estudos e a construção de subjetividades em ambos os sexos.

Prestígio, competitividade, racionalidade, beleza, feminilidade, sentimentalismo, emoção são questões que evidenciam relações marcadas pelo gênero e o poder na cultura científica e acadêmica, e que delimitam territórios de inteligibilidade social. No discurso masculino, a resignação aparece como contingência para a afirmação do ideal de coragem e condição necessária para a formatura e a vitória. No feminino, evidencia-se mais claramente a pressão do curso, o contraste de representações e valores correntes, o estresse, a ansiedade, a angústia, traumas e quadros de depressão.

A quarta parte do livro traz quatro capítulos sobre Gênero e Gerações na vida contemporânea. Em **Três Histórias – Tempo, juventude e gênero em contextos de exclusão social**, Monica Franch apresenta uma reflexão sobre as representações do tempo. Ao se debruçar sobre depoimentos que tocam em aspectos relativos à vivência temporal de jovens moradoras de bairros populares do Recife, em Pernambuco, ela procura pensar diferentes experiências do tempo ou diferentes formas de homens e mulheres envelhecerem socialmente.

Classe, casamento, gravidez, consumo, cotidia-

no, experiências de rotina e de renovação, individualidade, conjugalidade, maternidade são alguns temas recorrentes e recortados dos depoimentos com base na categoria tempo, operacionalizada por Franch para analisar três narrativas bibliográficas e reconhecer nelas não a exterioridade, a regularidade ou precisão, mas o tempo vivido, como “vetor de significados em que social e individual se encontram e, às vezes, se desencontram, gerando temporalidades qualitativamente diferenciadas”.

**Transição de valores e a perspectiva sobre o “novo homem”** é o capítulo elaborado pelo organizador da coletânea, Márcio Ferreira de Souza, que apresenta, inicialmente, uma retrospectiva histórica dos estudos sobre a masculinidade no Brasil. Nesse percurso conciso, ele enfatiza a contribuição de Sócrates Nolasco para a crítica às análises essencialistas que reinventam a imagem de um “novo homem”, ou “homem de verdade”, assentado nas armadilhas do pensamento binário, que preside a socialização de meninos sob o regime da “ditadura do vencer”.

O autor discute a modernidade, o casamento, a família, a masculinidade e o *ethos* burguês, antes de proceder à análise de três grupos focais, baseada em questionários sobre representações de gênero e o uso do tempo no cotidiano. Assim, com o suporte dos resultados empíricos, reveladores de cenários cotidianos em deslocamento, ele percebe que há uma consciência em alguns grupos da emergência de elementos não tradicionais, da construção de novas formas de comportamento e representação do masculino. Por outro lado, observa a persistência de valores tradicionais, sendo que, na esfera das representações de gênero, são valores ainda dominantes, apesar do movimento geral de “destraditionalização” lhe parecer irreversível.

O poder, o *status*, o medo de envelhecer são alguns dos sentidos decifrados das imagens construídas acerca do futebol e de jogadores, no capítulo **Envelhecimento, masculinidade e a imprensa esportiva: o caso da derrota brasileira na Copa do Mundo de 1974**. A aposentadoria de Pelé, o envelhecimento de Zagalo, lido de

forma pejorativa, e o de João Havelange, como imagem valorizada ou neutralizada nos discursos da imprensa, entre outras imagens da virilidade realçada ou questionada, são objeto de análise de Leonardo Turchi Pacheco.

Expressões elogiosas ou críticas ganham destaque e demarcam identidades mais ou menos estigmatizadas e localizadas, nesse interessante estudo em que o autor invoca o desempenho esportivo para refletir sobre a construção das representações da masculinidade em relação à vitória ou fracasso, ao progresso, à identidade nacional, e também à geração, à raça e ao feminino na sociedade contemporânea. Nele, enunciados da imprensa e do discurso social são reveladores de ambigüidades e, como representações, pensados não apenas como elementos de comunicação e informação, mas como instância que produz realidades, define o que deve ser lembrado, rememorado, prestigiado.

A relação entre avós e netos/as em famílias de baixa renda na cidade de Mariana / MG é o foco da análise de Rosa Maria da Exaltação Coutrim no belo texto, **Entre gênero e gerações: a fala de crianças educadas por avós e avôs**, que desfecha a obra. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que ela observa tendências, diferenças, e a trajetória de identidades, subjetividades e da família, lidas como construtos sociais e culturais, por meio de entrevistas com professores/as e alunos/as de diferentes escolas públicas da cidade mineira. Papéis demarcados pelo gênero reaparecem sob formas singulares nessa abordagem, evidenciando também que a organização familiar contemporânea não é monolítica e a idéia moderna de família nuclear tampouco é hegemônica.

Mesmo que vincada pelo gênero, a troca intergeracional é o resultado de uma convivência diária de avôs, avós, netos e netas na relação que muitas vezes implica na perda de privacidade, no aumento de gastos e no aumento dos conflitos, no individualismo ou no “esgarçamento de regras parentais”. Por outro lado, após a pesquisa efetuada, é possível enxergar uma “flexibilização das relações” em formas de coabitação que fazem emergir o

apoio, a solidariedade, a segurança emocional e oportunidades de ensinamentos fecundos.

O livro revela territórios diversos da realidade brasileira e do pensamento acadêmico contemporâneo. Trata-se de uma coletânea de estudos variados e substantivos sobre o gênero como categoria útil de análise, como assinala Scott, que trazem à luz diferentes preocupações e esforços de autores/as de instituições nacionais e estrangeiras (UFU, UFMG, UFOP/MG, Unimontes/MG, UEL/PA, UnB, UFPB, EMU/USA...).

Embora, na maioria, resultantes de críticas que invadem terrenos epistemológicos movediços e teorias que buscam explorar as incertezas e desnaturalizar balizas tradicionais do conhecimento, o conjunto se apresenta como um panorama de formas, abordagens e diálogos singulares e possibilidades férteis do pensamento social, e exhibe práticas teóricas e políticas dos feminismos no Brasil.

Trata-se, ele mesmo, de um belo exemplar dessas práticas, daí a propriedade da resenha na revista, já que, como ela, movimentada a crítica, exprime resultados relevantes, registra a importância das lutas e movimentos, estimula o debate e contribui para mudanças que são necessárias e devem ser permanentes. Por fim, o livro ensina, reforça e reafirma idéias novas que possibilitam superar (ainda que paulatina, mas rigorosa e terminantemente) práticas antigas ou velhas desigualdades que ainda se operam na atualidade, no Brasil e no mundo.

